



REUNIÃO DA CPCS DO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Ponto único: INFORMAÇÃO PRÉVIA AOS PARCEIROS SOCIAIS, PELO SENHOR PRIMEIRO-MINISTRO, SOBRE O CONSELHO EUROPEU QUE SE REALIZARÁ NOS DIAS 19 E 20 DE DEZEMBRO EM BRUXELAS

POSIÇÃO/CONTRIBUTOS DA UGT

1. Para a UGT, o Crescimento Económico e o Emprego são a máxima prioridade, por contraponto à prioridade referida pelo Senhor Presidente do Conselho Europeu na sua carta de 12/12/2013, onde coloca como primeira prioridade da UE a concretização da União Bancária.
2. Naturalmente que registamos, também, como muito relevante a concretização desse desiderato europeu de constituição da União Bancária e a prossecução de todos os passos conducentes à sua concretização, quer como factor de estabilidade do sector financeiro, quer no tocante à necessidade imperiosa de reforçar a capacidade de financiamento da economia, nomeadamente, e como é referido, no apoio às PME's.
3. É fundamental efectuar o balanço sobre a implementação do Pacto para o Crescimento e o Emprego acordado em Junho de 2012.
4. Gostaríamos de saber se a 1/1/2014 a Iniciativa para o Emprego dos Jovens tem já o seu plano definido e aprovado pela U.E. com os contributos enviados pelo Governo português, bem como,
5. Se o novo instrumento de apoio às PME's vai ou não funcionar igualmente em Janeiro, tal como previsto no draft enviado pelo senhor Presidente do Conselho Europeu.
6. Importa fazer o ponto da situação acerca da discussão com o Parlamento europeu sobre a Directiva de destacamento dos trabalhadores.
7. As reformas no mercado de trabalho europeu fazem parte do calendário de objectivos do Conselho. Que fazer e como proceder para reforçar as medidas que promovam para o crescimento e o emprego? No caso português, será através de mais flexibilização da Legislação Laboral, tal como expresso na pág.12 do draft distribuído? Parece que para os responsáveis da UE o crescimento e o emprego só podem ser dinamizados pela via de uma

maior desregulação do mercado de trabalho, onde “o aumento de mobilidade dos trabalhadores” parece ser peça-chave (ponto 34).

8. A luta contra o desemprego, designadamente o que afecta os jovens, mantém-se para a UGT, como parece também para a U.E., como um objectivo a prosseguir. Importa reclamar para Portugal apoios que permitam reforçar a nossa aposta no combate ao desemprego, que incluem incentivos às empresas, devidamente monitorizados pelo Governo e Parceiros Sociais, seja pela via da formação profissional, seja por via de estágios nas empresas, aplicando algumas valências já em curso em programas de empregabilidade oportunamente implementados.
9. A coordenação das políticas económicas não pode ser obtida por via da imposição, mas respeitando as particularidades de cada Estado, sobretudo aqueles que estão sob programas de ajustamento, como é o caso de Portugal. O Governo deverá, na nossa opinião, vincar que devem ser respeitadas as particularidades de cada Estado-membro em relação à forma como essa coordenação vier a ser implementada.
10. A UGT regista as preocupações do Presidente do Conselho Europeu na adopção de medidas nos vários patamares do poder político da EU, respeitando os limites da legitimidade democrática.
11. Como procederá o Governo no tocante à aplicação de mecanismos de solidariedade (ponto 33 do draft) após a saída da troika, uma vez que os países com programas de ajustamento não podem deles beneficiar?

Lisboa, 18 de Dezembro de 2013